



PIONEIRISMO NA EDUCAÇÃO DE MENINAS NO BRASIL: AS CONTRIBUIÇÕES DE NÍSIA FLORESTA E MARIA FIRMINA DOS REIS

PIONEERING THE EDUCATION OF GIRLS IN BRAZIL: THE CONTRIBUTIONS OF NÍSIA FLORESTA AND MARIA FIRMINA DOS REIS

*Karla Fernanda Pereira**

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil

ORCID: 0000-0002-9425-3222

*Autor correspondente (e-mail: karlafernandakfp@gmail.com)

Renan Baltazar dos Santos

Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, Brasil

ORCID: 0000-0002-0580-2438

(e-mail: renan.baltazar@usp.br)

RESUMO

Quando observamos práticas pioneiras, é comum o destaque para identidades masculinas, brancas e cisgênero, assim, podemos ser direcionados para um entendimento de que não houve revolução ou inovação sem figuras com tais características. As mulheres foram e continuam sendo um grupo minorizado que pavimentou o caminho para transformações em diversos campos e, neste texto, destacamos a educação. Com o objetivo de investigar informações bibliográficas relacionadas ao pioneirismo na educação de meninas de Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis, articulamos como as lutas e transformações sociais protagonizadas por essas mulheres se consolidaram a despeito das resistências, permitindo que fossem reconhecidas como pioneiras, ainda que suas trajetórias tenham e continuem sendo marcadas por tentativas de silenciamento. Essas mulheres, de certo modo, anteciparam novos modelos de comportamento feminino ao demonstrarem força e determinação para enfrentar os desafios impostos pela sociedade e que só viriam a ser considerados benéficos muito depois de suas mortes. Por meio de diferentes estratégias, buscaram afirmar seu espaço e assumir o protagonismo de suas próprias histórias, abrindo caminho para que as gerações futuras de mulheres também pudessem conquistar seus lugares na sociedade.

Palavras-chave: Nísia Floresta; Maria Firmina dos Reis; pioneirismo; educação; meninas.

ABSTRACT

This article analyzes the representation of women aged 60 and over in Brazilian telenovelas, focusing on how these bodies are framed symbolically and narratively. The investigation is guided by the question: how do youth worship and gender norms influence this representation? Although some characters express desire and protagonism, their presence is still conditioned by stereotypes, such as villainy or comic relief. The analysis shows that female aging remains associated with symbolic marginality, reinforcing youth as the aesthetic and narrative norm. In this process, narrative frames act as mediators that define rules, expectations, and meanings attributed to these characters. As an empirical focus, the study examines Odete Roitman, played by Débora Bloch in "Vale Tudo" (2025), and Maristela Alencar, portrayed by Lília Cabral in "Garota do Momento" (2024-2025). Both embody women who star in scenes of desire, power, and relationships with younger men – an uncommon narrative in Brazilian television drama. The study therefore proposes a critical reflection on the erasure of these women and advocates for expanding their representations in fiction as a way of disputing the collective imaginary.

Keywords: Nísia Floresta; Maria Firmina dos Reis; pioneering; education; girls.

1. Introdução

Pioneirismo está relacionado à qualidade de ser pioneiro, isto é, ser o primeiro a explorar um ambiente ou precursor em determinada atividade (Bao, 2019). Desse modo, pioneiro é o indivíduo que inicia algo, a pessoa que proporcionou o surgimento de uma novidade, marcando a história, trazendo uma mudança ou transformação, tornando-se referência (Bao, 2019; Rayward, 2004). Assim, quando se fala em pioneirismo, pensa-se na coragem de assumir riscos para trazer avanços, desenvolvimentos, mudanças e ampliar os horizontes (Tapalaga, 2023; Rayward, 2004).

É possível considerar que o pioneirismo imprime uma certa forma de distinção social (Andrade, 2009), de reconhecimento de singularidades que marcam trajetórias de vida (Rayward, 2004). Não deixa de ser também um lugar de poder, protagonismo e prestígio social (Andrade, 2009; Rayward, 2004), visto que ser uma pessoa pioneira é se tornar uma referência histórica (Bao, 2019) – acrescentaríamos ser uma referência de seu tempo e para além dele.

Quando a dimensão tempo entra na trama de compreensão sobre o pioneirismo, vale reconhecer que, historicamente e de modo predominante, o papel pioneiro tem sido atribuído aos homens cisgêneros (Dominus, 2019). Esse tem sido o grupo que acessa maiores graus de liberdade para desbravar territórios, adquirir conhecimentos, fazer descobertas científicas, atuar estrategicamente no campo de batalha, além de serem os contadores das histórias, emissores das versões de suas experiências, atribuidores do que se entende por verdade e por passado pioneiro (Dominus, 2019; Perrot, 2005; Tapalaga, 2023).

No oposto do pioneirismo protagonizado por homens estão as eventuais vivências pioneiras das mulheres (Dominus, 2019; Hold, 2016; Tapalaga, 2023). No entanto, a legitimação dos eventuais pioneirismos femininos tende a ser anulada perante um ambiente majoritariamente masculino (Dominus, 2019; Hold, 2016; Tapalaga, 2023). Como argumentamos, o que entendemos como versões do que é pioneiro, história, conhecimento, ciência, e todo o mais que reveste nossa compreensão sobre pioneirismo, por séculos, está sendo atrelada aos feitos dos homens (Hold, 2016). Nesse contexto, os feitos realizados pelas mulheres são pouco reconhecidos, embora se o fossem, poderiam ampliar os contornos do que se legitima como pioneirismo, história e verdade, ao longo do tempo (Dominus, 2019).

Dentro do que pode caber nessa narrativa, estão indícios de processos históricos e sistemáticos que, se não justificam, ajudam a explicar a escassez, ou a menor recorrência de documentos, que narram as histórias das mulheres pioneiras em seus diferentes contextos, tempos e sociedades (Dominus, 2019; Hold, 2016; Tapalaga, 2023). Soma-se a isso o fato de que, por vezes, nem mesmo as próprias mulheres conseguem se perceber como protagonistas de algum feito pioneiro (Rayward, 2004), imbuídas de uma espécie de negação ou não assimilação e reconhecimento de serem precursoras em certos papéis que realizam, ao longo de suas trajetórias sociais (Dominus, 2019; Rayward, 2004).

O que se constrói em uma narrativa dessa natureza é que as mulheres ficaram à margem da história, tendo suas ações negligenciadas, subestimadas, não reconhecidas e, de modo geral e sistemático, foram remetidas ao âmbito familiar e privado de suas existências (Dominus, 2019; Perrot, 2005). Esse movimento sugere que as mulheres foram submetidas a processos incessantes de silenciamento para que a eloquência masculina fosse ouvida (Bourdieu, 2023; Hold, 2016; Perrot, 2005). É razoável assimilar que a condição de subalternidade atribuída às mulheres estaria, portanto, atrelada ao silenciamento histórico ao qual foram sujeitadas (Dominus, 2019; Hold, 2016), perpassando a negação de seus eventuais pioneirismos, como efeito objetivo de processos de tal envergadura (Dominus, 2019; Hold,

2016; Tapalaga, 2023).

O pioneiro muitas vezes desafia as normas existentes na sociedade e traça o caminho para novas transformações, sobretudo quando em processos de interseccionalidade com a dimensão feminina (Tapalaga, 2023). Como exemplo, podemos citar as nordestinas Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis, estando no rol das primeiras romancistas brasileiras fazendo-se ouvidas mesmo que por meio de pseudônimos. Elas foram ainda precursoras na área educacional: Nísia Floresta trouxe para a educação de meninas o aprendizado de ciências, que até então era ensinada somente para meninos; e Maria Firmina dos Reis fundou uma escola mista, algo inaceitável para a sociedade brasileira do século XIX (Castro, 2010; Muzart, 2013).

Neste estudo, buscamos avançar sobre uma lacuna estabelecendo uma conexão historicamente (des)construída entre dois campos fortemente associados: o pioneirismo feminino e a educação. Este artigo tem como objetivo investigar informações bibliográficas relacionadas ao pioneirismo na educação de meninas de Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis. O presente trabalho se justifica pelas implicações teóricas e sociais. Teoricamente, reatualizamos o debate sobre as lacunas existentes na literatura, como a hipervisualização de algumas mulheres em detrimento de outras (Lima; Cabral; Cardoso, 2022), a partir da problematização do pioneirismo feminino na educação. Em termos sociais, este artigo também contribui para maior entendimento e valorização de práticas femininas no contexto educacional. A revisão bibliográfica é pautada em fontes secundárias, compostas por ensaios, dicionários bibliográficos, histórias da literatura e outras obras miscelâneas. Desse modo, apresentamos uma contextualização histórica acerca da educação feminina; em seguida, trazemos uma discussão acerca de Nísia Floresta, sua vida, ações pioneiras e luta para que as mulheres tivessem as mesmas oportunidades que os homens; após, apresentamos Maria Firmina dos Reis, com seu pensamento vanguardista e feitos que chocavam a sociedade da época.

2. Educação feminina

No início da colonização portuguesa no Brasil, a educação estava confiada às ordens religiosas, principalmente com os jesuítas, e tinha como objetivo “a catequese e a formação da elite colonial” (Carra, 2019, p. 552). As mulheres não tinham acesso a esse ensino formal e a maioria não sabia ler e escrever – as poucas que tinham acesso a alguma instrução, recebiam-na de algum familiar ou preceptoras e, a partir do século XVII, em conventos (Carra, 2019; Ribeiro; Souza, 2014). A partir do século XVIII, o pensamento acerca da mulher e a natureza feminina, uma natureza própria e muito diversa da natureza masculina, passou a se consolidar e estreitar ainda mais seus espaços.

O discurso sobre a “natureza feminina”, que se formulou a partir do século XVIII e se impôs à sociedade burguesa em ascensão, definiu a mulher, quando maternal e delicada, como força do bem, mas, quando “usurpadora” de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas, como potência do mal. Esse discurso que naturalizou o feminino, colocou-o além ou aquém da cultura. Por esse mesmo caminho, a criação foi definida como prerrogativa dos homens, cabendo às mulheres apenas a reprodução da espécie e sua nutrição (Telles, 2006, p. 402).

No campo da medicina, até o século XIX, não era considerado como pertencente às características tipicamente femininas serem assertivas e ambiciosas, e aquelas que apresentavam tais características eram consideradas doentes (Beard, 2023; Moore, 2021), dentro da hierarquização do que seria entendido como saudável. Mulheres que liam, estudavam ou tinham ideias próprias com determinação para usá-las eram consideradas

possuidoras de uma doença chamada insanidade moral, diagnóstico criado pelo médico britânico James Cowles Prichard, em 1835 (Moore, 2021; Wallis, 2019), estabelecendo uma relação de controle sanitário e dominação. Isto porque o tratamento dado às mulheres com a suposta doença era trancá-las, geralmente em sanatórios para o período de isolamento, até que se adequassem a um comportamento mais típico das figuras femininas tidas como saudáveis (Moore, 2021; Wallis, 2019).

Ainda que a insanidade moral não fosse uma doença exclusivamente feminina, recaía sobre as mulheres o dever de reproduzir um comportamento irrepreensível, dado que qualquer desvio moral ou comportamento fora dos parâmetros sociais aceitos era considerado perigoso (Wallis, 2019) e passível de intervenções médicas. De algum modo, um comportamento feminino irrepreensível parece ter sido representado por mulheres quietas, sem ideias, sem leituras, sem falas, sem história, fruto da manutenção de um sistema de hierarquização e dominação sobre seus corpos e comportamentos sociais (Beard, 2023; Bourdieu, 2023).

Embora o pensamento dominante no século XIX sustentasse que o trabalho feminino fora do lar contrariava sua natureza e comprometia sua moral, saúde e desempenho nos papéis de esposa e mãe (Sinigaglia, 2018), foi justamente no final desse mesmo século que se iniciou o fortalecimento de possibilidades de uma presença feminina legitimada na construção dos primeiros contornos da história. Todavia, para que tal momento chegasse, algumas mudanças precisavam ocorrer, e elas começaram a acontecer no Brasil a partir do século XVIII.

Durante o período colonial (1500-1822), quase não havia escolas no Brasil, quem buscasse alguma instrução, poderia encontrar em conventos e seminários, mas o número de instituições que oferecia algum tipo de ensino era insuficiente para alterar de modo visível a pobreza cultural da colônia portuguesa (Duarte, 2022). A pouca instrução que havia era oferecida de modo mais consistente aos homens – às mulheres, restava apenas o ensino de trabalhos manuais (Duarte, 2022). Na primeira metade do século, era raro encontrar mulheres brasileiras instruídas, sendo ainda mais difícil encontrar as que se dedicavam à escrita (Jota; Medeiros Neta; Medeiros, 2020). Veículos impressos da época, ainda que destinados ao público feminino, eram, em grande parte, geridos por homens (Carra, 2019).

Com as reformas pombalinas, na segunda metade daquele século, foi possibilitada a abertura de escolas para meninas, que eram separadas da escola para meninos, contendo um currículo diferenciado e apenas professoras, assim como os meninos só podiam ter homens no corpo discente (Ribeiro; Souza, 2014).

Em função da vinda da corte ao Brasil, em 1808, a situação educacional da colônia começou a mudar, ainda que a passos lentos. “Os novos ventos trouxeram educadoras portuguesas e francesas para as meninas das famílias mais abastadas, e lentamente foi deixando de ser uma ‘heresia social’ o ato de se instruir e ilustrar alguém do sexo feminino” (Duarte, 2022, p. 44).

A Constituição de 1824 trouxe a afirmação de que o ensino primário era gratuito para ambos os sexos e responsabilidade do Estado (Duarte, 2022; Ribeiro; Souza, 2014; Vicente; Gonçalves Neto, 2019). Posteriormente, em 1827, a Lei Geral do Ensino definiu o currículo da educação primária para os meninos e as meninas, assim, os primeiros deveriam aprender a “ler, escrever, contar, as quatro operações e noções de Geometria”, enquanto elas aprenderiam a “ler, escrever, contar, as quatro operações e bordado e costura” (Carra, 2019, p. 553, grifos da autora). Apesar de inicialmente o ensino ter sido colocado como responsabilidade do Estado, devido à dimensão e às diferenças dentro do país, instituíram o Ato Adicional de 1834 delegou a cada província a responsabilidade pelo ensino primário e secundário e a União era responsável pelo ensino superior (Duarte, 2022).

Nesse período do Brasil império, a educação das meninas ganhou importância nas famílias pertencentes à elite, as filhas das famílias abastadas eram educadas para o convívio social, aprendiam “falar francês, conversar polidamente, portar-se com elegância e refinamento, tocar piano” (Carra, 2019, p. 554). Percebe-se, assim, que desde o início, a educação feminina tinha uma visão romântica, sendo utilizada para dignificar a figura feminina e prepará-la para o casamento, e suas futuras funções de mãe e esposa (Duarte, 2022). “Tal projeto ficava bem distante, portanto, de um projeto de formação intelectualizada, reservada ao segmento masculino da população”. Duarte, 2022, p. 45), visto que a elas bastava apenas o ensino primário e habilidades manuais, sendo-lhes vedado o ensino secundário e superior.

Em 1840, quando começou a surgir, principalmente nos grandes centros do país, escolas particulares, geralmente dirigidas por estrangeiros, a Igreja Católica exigiu que meninas deveriam ser ensinadas apenas por professoras, abrindo assim uma oportunidade profissional para mulheres, assim como uma nova forma de exploração (Duarte, 2022). Uma vez que não havia mulheres preparadas para o magistério, as professoras tinham pouco conhecimento e nenhuma metodologia, sendo mal preparadas, davam aulas apenas para o ensino primário e recebiam salário inferior aos colegas homens, que exerciam a mesma função (Duarte, 2022).

As primeiras Escolas Normais do país (de Niterói, em 1835; de Minas Gerais, em 1840; da Bahia, em 1841, e de São Paulo, em 1846), até quase o final deste século, atendiam apenas à formação dos professores do sexo masculino e eram, na verdade, pouco mais que uma complementação ao primário. Não possuíam equivalência com o secundário e limitavam-se a reproduzir os conteúdos do ensino elementar, com uma pequena iniciação pedagógica. Enfim, tratava-se apenas de um curso primário ‘superior’. Como as professoras estavam impedidas por lei de frequentar tal curso, se queriam saber um pouco mais deveriam contar com as poucas instituições femininas que podiam lhes oferecer uma habilitação ao magistério primário, tal como o *Seminário de Nossa Senhora da Glória*, de São Paulo, que ensinava a meninas sem recursos (Duarte, 2022, p. 48, grifo da autora).

As Escolas Normais começaram a aceitar matrículas de mulheres apenas na década de 1870, devido à pouca oportunidade de preparo para as mulheres, é possível compreender o motivo pelo qual os relatórios oficiais frequentemente traziam críticas relacionadas “à incompetência das professoras e à falta de condições materiais de funcionamento das escolas” (Duarte, 2022, p. 49). Ainda assim, no período imperial, já é possível destacar algumas poucas mulheres que se dedicaram à escrita, dentre elas, podemos citar: Beatriz Francisca de Assis Brandão (1779-1860), as gaúchas Clarinda da Costa Siqueira (1818-1860) e Delfinda Benigna da Cunha (1791-1857) e Nísia Floresta, cujo primeiro livro, *Direito das Mulheres e Injustiça dos Homens*, foi publicado em 1832 (Carra, 2019; Jota; Medeiros Neta; Medeiros, 2020). Apesar do número reduzido de mulheres que receberam uma educação diferenciada, algumas se dedicaram a partilhar seus feitos com outras mulheres abrindo escolas, publicando livros e enfrentando a opinião tão comum na época de que mulher não precisava saber ler e escrever (Carra, 2019).

Como é comum na história do Brasil, principalmente quando falamos de grupos minorizados, havia uma dissonância entre a legislação vigente e a realidade prevista para o campo da educação. Como por exemplo: apesar da previsão legal acerca do acesso à escolarização universal, a realidade era bem diferente, em 1872 apenas 16,5% dos meninos e 13,5% das meninas em idade escolar estudavam (Vicente; Gonçalves Neto, 2019). A criação e manutenção de escolas não recebia investimento suficiente e os gastos com instrução já eram considerados dispensáveis pelos governos. Entre os anos 1860 e 1870, começaram a surgir algumas escolas secundárias para meninas, porém, o interesse era tão pequeno que logo as escolas fechavam ou reformulavam seus currículos. As jovens pertencentes a famílias com

posses eram educadas em casa, por preceptoras ou orientadas pelos pais, enquanto as demais, ainda que tivessem a possibilidade de frequentar escolas públicas, pouco o faziam, permanecendo em casa e perpetuando a sorte de seus antepassados (Duarte, 2022).

Em meados do período imperial, as professoras receberam autorização para lecionar meninos até as idades entre 12 e 14 anos (Carra, 2019; Ribeiro; Souza, 2014). Uma das consequências desse movimento foi o processo de identificação da profissão docente com a maternagem. Para a época, nada mais adequado do que direcionar a mulher para funções de professoras de crianças, uma extensão do seu destino natural: ser mãe (Ribeiro; Souza, 2014).

A partir do final do século XIX, com o fim da mão de obra escravizada e o crescimento da urbanização, a educação brasileira ganhou novos contornos. Um dos principais desafios era a quantidade e qualidade dos mestres. Houve algumas tentativas para melhorar a escolarização pública, como a proposta de reorganização do ensino, o estímulo à criação de escolas normais e o ingresso feminino nesses educandários, proposto pelo político Leônicio de Carvalho (Ribeiro; Souza, 2014).

A Reforma Leônicio de Carvalho (1879) regulamentou a escolarização mista para crianças até dez anos de idade, determinou a duração desse nível de ensino a quatro anos e o dividiu em primeiro e segundo grau. Além do conteúdo programático comum, as meninas estudavam a disciplina de costura simples durante o primeiro grau (Vicente; Gonçalves Neto, 2019); no segundo, eram direcionadas a noções de economia doméstica e trabalho com agulhas, enquanto os meninos estudavam noções de economia social e prática manual de ofícios (Vicente; Gonçalves Neto, 2019). Apesar do avanço com as classes mistas, até o final do período imperial, a educação diferenciada por sexo ainda era encorajada e as meninas, relegadas à margem do mercado de trabalho, com poucas chances de mobilidade social (Carra, 2019).

Ao observarmos o trajeto realizados pelas mulheres para conquistar direitos básicos, como frequentar uma escola, ser alfabetizada ou mesmo considerada capaz de compreender sua realidade, fazer escolhas próprias, discutir ideias e ser vista como alguém dotado de inteligência, é possível perceber o quão penoso foi esse trajeto (Duarte, 2022). Contudo, por meio da educação, meninas e mulheres podem, talvez pela primeira vez, experimentar a reflexão e a exposição públicas, construindo imagens de si mesmas e se apresentando ao mundo (Diogo, 2024) como pioneira. Entretanto, embora consigam ultrapassar as muitas barreiras que são levantadas diante de seu sucesso, ainda podem prosperar e não receber os créditos por seus atos em vida ou nunca serem lembradas por suas ações, tendo seus feitos silenciados. Nísia Floresta Brasileira Augusta e Maria Firmina dos Reis experimentaram esse silenciamento – talvez por serem assertivas e ambiciosas, almejando para as demais as mesmas oportunidades de desenvolvimento intelectual, não receberam, enquanto vivas, a valorização devida pela grande diferença que fizeram para muitas mulheres e na história da educação feminina do Brasil.

3. Nísia Floresta

Nísia Floresta, pseudônimo de Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu em Papari - RN, em 12 de outubro de 1810 (Jota; Medeiros Neta; Medeiros, 2020). Papari teve seu nome mudado para Nísia Floresta. Filha de Antônia Clara Freire, moça analfabeta e pertencente a uma família abastada, e de Dionísio Gonçalves, advogado e escultor português (Telles, 2006). Devido à nacionalidade portuguesa de seu pai, Nísia morou em Goiânia e em Recife durante a juventude, pois fugiam das manifestações antilusitanas que ocorriam nas capitais do país à

época (Castro, 2010; Jota; Medeiros Neta; Medeiros, 2020). Casou-se em 1823, aos 13 anos, mas deixou o marido meses depois, voltando a morar na casa dos pais (Castro, 2010; Telles, 2006).

Em 1827, seu pai foi assassinado. Naquele mesmo ano, Nísia passou a viver com Augusto de Faria Rocha, estudante de Direito, com quem teve dois filhos (Castro, 2010; Telles, 2006). Em 1830, estreou nas letras, colaborando durante trinta números com textos no jornal recifense “O Espelho das Brasileiras”. Seus artigos tratavam da condição da mulher em diversas culturas, sendo uma das primeiras brasileiras a publicar em jornais (Duarte, 2022; Varela, 2022). A escritora estreou já usando seu pseudônimo Nísia Floresta Brasileira Augusta: “Nísia, de Dionísia; Floresta, nome do sítio em que nasceu, no interior no RN; Brasileira, uma afirmação romântica de nacionalidade; e Augusta, uma homenagem a Manuel Augusto, o companheiro e pai de seus filhos” (Duarte, 2022, p. 15, grifos da autora). Posteriormente, a escritora também “publicou poesias, contos, novelas e ensaios em ‘O Diário do Rio de Janeiro’, ‘O Liberal’ e ‘O Brasil Ilustrado’” (Varela, 2022, p. 17). Cabe lembrar que a imprensa chegou ao Brasil em 1816, portanto, o fato de, com tão pouco tempo de instauração no país, já termos uma mulher presente na imprensa nacional, constantemente comentando questões polêmicas da época, traz um destaque muito maior para o pioneirismo que Nísia desempenhou (Duarte, 2022).

Em 1832, publicou, em Recife, seu primeiro livro, intitulado “Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens”, que deu a ela o título de precursora do feminismo no Brasil. No entanto, “suas reflexões, naturalmente, não encontraram eco entre os contemporâneos” (Duarte, 2022, p.10), visto que Nísia relacionava os preconceitos mais comuns realizados contra as mulheres e desmistificava a ideia de superioridade masculina, pensamento dominante na sociedade no século XIX, ao afirmar que as mulheres possuíam as mesmas capacidades dos homens, além de questionar a ausência do feminino em funções de comando e cargos de poder (Duarte, 2022). Nesse mesmo ano, a escritora fixou residência com sua família em Porto Alegre, onde permaneceu por quatro anos – período em que adentrou no magistério, formou-se e veio a ser diretora de um colégio (Jota; Medeiros Neta; Medeiros, 2020). Em 1833, Augusto, seu companheiro, faleceu, “deixando-a viúva aos vinte e três anos, quando passou a viver com os filhos, a mãe e duas irmãs, naquela capital” (Castro, 2010, p. 238).

Após o início da Revolução Farroupilha, Nísia se mudou para a corte e lá, em 1838, fundou o Colégio Augusto, dedicado à educação de meninas (Castro, 2010; Jota; Medeiros Neta; Medeiros, 2020). Cabe lembrar que, nesse período, a maioria das escolas nacionais eram dirigidas por mulheres estrangeiras. Duarte (2022, p. 41,42) reforça que “Nísia foi, com certeza, uma das primeiras brasileiras a ter um colégio no país”. O Colégio Augusto funcionou durante dezoito anos, fechando suas portas em 1856 (Duarte, 2022).

O principal foco da educadora era a defesa dos direitos das mulheres, sendo sua principal argumentação o acesso à educação (Mendonça; Martins, 2021). Ela entendia que o mais importante e fundamental passo para que as mulheres saíssem da situação opressiva em que se encontravam seria por meio da educação; temática mais presente nas suas obras, assunto que abordava das mais diversas formas, devido à extensão de suas produções escritas (Duarte, 2022).

[...] há textos mais veementes, com nítidas tonalidades panfletárias, e outros que expressam um tom afetoso de mãe para com a filha, ou de professora zelosa para com as alunas.

O *Opúsculo humanitário* é um exemplo do primeiro tipo. Publicado em 1853, o livro traz a síntese das críticas que a autora fez à educação de seu tempo, suas propostas de

mudança e seus principais argumentos na defesa de suas ideias. Também *A mulher*, de 1857, identifica-se com o tom utilizado no *Opúsculo humanitário*, devido às denúncias e críticas que faz à educação então destinada ao sexo feminino. No segundo tipo – de tom meigo e persuasivo, que fala diretamente à mocidade –, incluem-se os seguintes textos: *Conselhos à minha filha*, de 1842; o *Discurso às educandas do Colégio Augusto*, de 1847; *Daciz ou a jovem completa e Fany ou o modelo das donzelas*, novelas publicadas em 1847; e “*O abismo sob as flores da civilização*”, de 1856 (Duarte, 2022, p. 41, grifos da autora).

Desse modo, o colégio foi uma das formas de concretizar suas lutas e anseios. “O Colégio Augusto se mostrou pioneiro em sua proposta pedagógica, pois oferecia às meninas da Corte uma educação no nível dos melhores colégios para o público masculino” (Castro, 2010, p. 238). O pioneirismo de Nísia permitiu acesso a conteúdos até então negados para as meninas. Entre suas contribuições precursoras, destacamos que além de aprender a ler, escrever, contar, costurar e bordar, as meninas aprenderiam também o ensino de gramática e leitura de latim, francês, italiano e inglês, geografia, história do Brasil e educação física, sendo priorizada a qualidade em detrimento da quantidade (Jota; Medeiros Neta; Medeiros, 2020; Mendonça; Martins, 2021).

O trabalho de Nísia Floresta a levou a vivenciar situações de preconceitos pela sociedade e uma campanha difamatória da imprensa carioca, encontrando resistência, dado que os jornais da época foram bastante severos com críticas à proposta pedagógica do Colégio Augusto (Mendonça; Martins, 2021). As disciplinas ministradas por Nísia eram frequentemente consideradas dispensáveis, inadequadas ou supérfluas para a formação feminina. Os críticos alegavam ser desnecessário que as mulheres aprendessem algo além do universo doméstico (Jota; Medeiros Neta; Medeiros, 2020).

A fundação do Colégio Augusto ocupou lugar de destaque na história da educação feminina no Brasil, porque, com ele, Nísia pôde colocar em prática seus ideais de educadora (Jota; Medeiros Neta; Medeiros, 2020). Ideais estes claros em seus escritos:

Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? Temos já transposto metade do século XIX, século marcado pelo Eterno para nele revelar ao homem estupendos segredos da ciência tendentes a aplainar as grandes dificuldades, que se opõe a universalidade do aperfeiçoamento das ideias, em ordem a fraternizar todos os povos da terra. Temos testemunhado o empenho dos homens pensadores das nações cultas em harmonizar a educação da mulher com o grandioso porvir que se prepara à humanidade! Nada, porém, ou quase nada temos visto fazer-se para remover os obstáculos que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, a fim de que elas possam vencer as trevas que lhes obscurecem a inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que têm direito as mulheres de uma nação livre e civilizada (Floresta, 2019. p.42).

A educadora demonstrava o desejo de ver seu país lado a lado com as nações mais progressistas, levantando assim o debate acerca da importância da educação e cobrando coerência entre os projetos do governo e seu alinhamento aos ideais do liberalismo (Duarte, 2022). Desse modo, se a educação feminina era uma bandeira liberal, era urgente que o país que se dizia liberal acatasse tal projeto, colocando-o em ação (Duarte, 2022). Dentro das convicções difundidas por nações do liberalismo, Duarte (2022) aponta a crença de que o século XIX seria o auge da civilização, por isso tornou-se inadmissível que metade da população estivesse numa situação tão inferior, enquanto a outra possuía poderes e privilégios. Desse modo, entendia-se que a sociedade só evoluiria se as mulheres fossem habilitadas, como os homens, a participarem do progresso das ciências e da técnica (Duarte, 2022). Esse era o discurso liberal difundido no século XIX, mas que no Brasil estava muito longe da prática, como explica Duarte (2022, p. 47): “as expectativas femininas de acesso à instrução são

atendidas, portanto, através do novo estatuto que lhes trazia louvações, considerando a mulher como a única responsável pela família e capaz de operar a ‘regeneração social’”.

As meninas não possuíam espaço nos melhores colégios da corte, a exemplo do Colégio Pedro II, fundado sessenta dias antes do Colégio Augusto, e que só recebeu mulheres a partir de 1926 (Mendonça; Martins, 2021). O Colégio Pedro II norteava seus processos de formação pedagógica por meio de uma visão reducionista do papel feminino na sociedade (Mendonça; Martins, 2021). Nesse contexto, os papéis sociais diferentes justificavam a não equivalência na educação de meninas e meninos. Caso a mulher fosse educada para ser uma boa esposa, uma boa mãe e uma dama da sociedade, significava que a educação cumpriu seu papel, enquanto a educação do homem seria considerada efetiva se o preparasse para dominar meios sociais, políticos e econômicos (Beard, 2023; Mendonça; Martins, 2021).

Diante dessas barreiras, a preocupação de Nísia Floresta com a educação feminina era pautada, principalmente, pela crença de que as mulheres poderiam assumir incumbências que, naquele momento, eram exclusivas para homens. Na maioria dos títulos publicados, Nísia salienta a importância da educação feminina para a formação tanto moral quanto intelectual das mulheres (Varela, 2022), além de defender claramente que elas tinham plena capacidade de desenvolver seus valores:

Por que a ciência nos é inútil? Porque somos excluídos das cargas públicas; e por que somos excluídos das cargas públicas? Porque não temos ciência [...] Eu digo mais, não há ciência, nem carga pública no Estado, que as mulheres não sejam naturalmente próprias a preenchê-los tanto quanto os homens (Floresta, 1989, p. 52; 73).

Nísia desafiava o estereótipo de que para as mulheres bastariam a alfabetização e equiparou a educação feminina aos níveis ofertados pelos colégios masculinos da corte. Ela dizia à sociedade que as mulheres tinham plena capacidade de aprender os mesmos conteúdos que os homens (Mendonça; Martins, 2021). Nesse período, havia apenas cinquenta e cinco mil estudantes no Império, sendo que somente oito mil eram mulheres. Tal situação ocorria devido ao desinteresse da sociedade pela educação e de que as mulheres fossem educadas, visto que a elas cabia o papel reprodutivo, não sendo necessário nenhum conhecimento fora o doméstico (Mendonça; Martins, 2021). Assim, além da baixa qualidade, havia poucos colégios destinados ao público feminino, contudo, os problemas da educação feminina não se encerravam na oferta do ensino, pois somente professoras possuíam habilitação para ensinar às meninas, enquanto seus salários eram menores do que os de professores do sexo masculino (Mendonça; Martins, 2021).

A proposta ousada de Nísia em transformar uma estrutura determinada pelo patriarcado atraiu polêmicas, críticas e inclusive exílio. Em 1849, a educadora foi obrigada a deixar o Brasil e viver na Europa, onde seus ideais pedagógicos eram entendidos como inovadores e necessários (Castro, 2010). A mudança lhe rendeu a alcunha de mulher indecorosa: cidadãos do Rio Grande do Norte chegaram a ter vergonha de ter a mesma origem de Nísia, situação que se estendeu até depois de sua morte, em 1885 (Castro, 2010).

Entendemos que o preconceito, difamação e silenciamento preteriram o nome de Nísia Floresta, diluindo sua potente luta social ao longo do tempo, principalmente em relação ao direito das mulheres, além de tratar em seus livros os direitos de índios e escravos (Duarte, 2022). Como resultado, sua obra é pouco difundida no Brasil e seu nome, quase completamente desconhecido, porém, não ao acaso, uma vez que pretendiam silenciar a mulher que incomodou a sociedade e, depois de sua morte, esquecê-la (Castro, 2010).

Sua ida à Europa tornou mais fácil seu apagamento da memória dos brasileiros, no entanto, a receptividade que encontrou foi terreno fértil para sua extensa obra literária. No Velho

Continente, segundo Varela (2010, p. 18), a escritora relacionou-se com escritores como, “Almeida Garret, Alexandre Herculano, Alexandre Dumas, Duvernoy, Victor Hugo, George Sand, Manzoni, Azeglio”. Nísia e George Sand eram as únicas mulheres que frequentavam os mesmos ambientes que os renomados pensadores da época – Sand disfarçava-se sob roupas masculinas, mas Nísia assumia corajosamente sua condição feminina e ideias inovadoras (Varela, 2010).

A escritora faleceu no interior da França, em 24 de abril de 1885, por complicações pulmonares (Varela, 2010). Apenas em 1954, o governo do Rio Grande do Norte providenciou o traslado dos despojos mortais da escritora (Varela, 2010). Apesar de ter sido esquecida por muito tempo, Nísia Floresta é atualmente reconhecida por estudiosos como uma figura pioneira na educação, na literatura e na defesa dos direitos das mulheres, especialmente no que diz respeito ao acesso à educação – um marco inicial nas lutas femininas por direitos civis, políticos e econômicos nas gerações seguintes (Castro, 2010).

4. Maria Firmina dos Reis

Maria Firmina dos Reis é natural de São Luís - MA e nasceu em 11 de março de 1822 (Cavalcante, 2022). Há uma certa confusão em relação à data de nascimento da escritora, dado que alguns estudos trazem 1825, entendendo-se que a escritora tenha nascido em 1822 e foi batizada em 1825, devido à doença que a impediu de ser batizada antes (Cavalcante, 2022). Outros estudiosos acreditam que Maria Firmina pediu alteração da sua data de nascimento devido ao concurso para o magistério, que exigia a idade de 25, e que à época da aprovação, tendo nascido em 1825, ainda não teria. (Agostinho, 2025).

A escritora é filha de Leonor Felippa dos Reis, “molata forra”, e João Pedro Esteves, negro (Cavalcante, 2022, p. 107). A senhora Leonor nunca foi casada, desse modo, Maria Firmina era enquadrada como filha bastarda. Assim, bastarda, negra e filha de ex-escrava, não tinha status social, privilégios, nem pertencia a um núcleo familiar considerado legítimo (Cavalcante, 2022). Por não citar pai, avô ou irmãos em seus diários, os pesquisadores entendem que Firmina viveu em uma família matriarcal (Muzart, 2013). Durante alguns anos, morou com a avó materna e, em 1827, mudou-se para a Vila São José de Guimarães, para morar com uma tia materna, que possuía melhor condição financeira (Cavalcante, 2022).

Não foi encontrado registro documental acerca da formação educacional de Maria Firmina (Cavalcante, 2022); o que se sabe está registrado no texto “Resumo da minha vida”, em que Firmina fala de sua infância e cita o tipo de educação que recebeu: “educação freirática”, que seria a educação da mulher voltada para os afazeres domésticos (Cavalcante, 2022; Muzart, 2013). Isto é, a pioneira recebeu uma educação segregada e, por isso, quis fazer diferente, pois viu a possibilidade de construir uma educação em que meninos e meninas poderiam ser educados juntos, aprendendo o mesmo conteúdo (Muzart, 2013).

Uma vez que a família de Maria Firmina não tinha posses para pagar uma escola e as instituições públicas para meninas, na primeira metade do século XIX, ainda eram escassas, acredita-se que sua educação se deu no seio familiar (Cavalcante, 2022). Acerca da educação em São Luís, no mesmo século, e da limitação de acesso a um ensino formal, Telles (2006, p. 409) afirma que:

Em 1857, entre os alunos de aulas públicas e particulares na província, havia 1.849 meninos e 347 meninas cursando o primário e uns 200 alunos no secundário. As oportunidades de estudo para as moças eram mínimas. Gonçalves Dias (1823-1864), o grande poeta romântico nascido no Maranhão, estudou em Coimbra enquanto sua conterrânea estudou sozinha.

Acredita-se também que a escritora era autodidata e tinha domínio da língua francesa, visto que traduziu textos nesse idioma (Cavalcante, 2022; Telles, 2006). Em alguns dos seus poemas, diz que deve sua cultura ao primo materno Sotero dos Reis, jornalista, escritor e gramático (Zin, 2016). Em 1847, Maria Firmina concorreu à cadeira de Instrução Primária na Vila de São José de Guimarães, sendo aprovada e ali mesmo exercendo a profissão de professora de primeiras letras para meninas, de 1847 a 1881, ministrando as aulas em sua casa (Cavalcante, 2022; Telles, 2006). Sua aprovação nesse concurso para professor, fez dela a primeira mulher a passar em concurso público no Maranhão (Mirele, 2024). Firmina nunca saiu do Maranhão ou se casou, mas adotou várias crianças (Cavalcante, 2022).

Maria Firmina tinha ideais antiescravistas desde jovem, não aceitando costumes comuns para a época na utilização dos serviços de pessoas escravizadas, como o palanquim (Cavalcante, 2022; Telles, 2006). Via a escravidão como uma injustiça que causava grande sofrimento aos escravizados.

Quando Firmina foi receber o título de nomeação para exercer o cargo de Professora Régia, suas parentes queriam que ela fosse de palanquim, uma prática comum para situação, e ela se recusou proferindo a frase: **“Negro não é animal para se andar montado nele”** (Cavalcante, 2022, p. 110, grifo da autora).

Seus ideais fizeram com que mais tarde recebesse o título de primeira romancista abolicionista do Brasil (Cavalcante, 2022). Cabe ressaltar que, segundo a historiadora Régia Agostinho da Silva, em seu primeiro romance “Úrsula”, lançado em 1859, Maria Firmina já apresentava ideais antiescravistas, mas não exigindo o fim imediato da escravidão (Silva *apud* Mirele, 2024), desse modo, o livro não seria abolicionista, além do fato de que o movimento abolicionista brasileiro se iniciou em 1860, após a publicação da obra (Mirele, 2024). A historiadora explica ainda que Maria Firmina se mostra abolicionista em 1887, com o conto “A Escrava” (Silva *apud* Mirele, 2024). De todo modo, Firmina é “a primeira autora brasileira a representar cativos como sujeitos pensantes” (Agostinho, 2025). Além de antiescravista e abolicionista, a escritora mostrou-se indianista e anticolonial com os contos “Gupeva”, lançado em 1861 (Agostinho, 2025).

Um ano antes de se aposentar, em 1880, em um barracão, na localidade de Maçarico, em Guimarães - MA, a educadora fundou uma escola para meninos e meninas, onde lecionava para filhos de agricultores e lavradores. Quem tinha condições de pagar pagava, e quem não tinha, não pagava (Cavalcante, 2022):

Toda manhã, subia em um carro de bois para dirigir-se a um barracão de propriedade de um senhor de engenho, onde lecionava para as filhas do proprietário. Levava consigo alguns alunos, outros se juntavam. Um experimento ousado para a época (Telles, 2006, p. 410).

A escola causou escândalo nos círculos locais, encerrando as atividades quase três anos depois por dificuldades financeiras e resistência social frente ao formato de ensino que adotava (Cavalcante, 2022; Muzart, 2013). Ainda após a aposentadoria, Maria Firmina dos Reis permaneceu dando aulas por conta própria e continuou sua atuação pioneira nas terras maranhenses (Telles, 2006). A escola mista proposta por ela foi uma revolução social e educacional, não apenas por ser a primeira do país, mas por distanciar a figura feminina de disciplinas com direcionamento exclusivamente religioso, bordado, piano e língua da sociedade (Muzart, 2013). Com a iniciativa de fundar uma escola mista que abrangia filhos e filhas de pessoas não abastadas, é possível perceber em Maria Firmina “uma mulher consciente do papel de transformação que poderia exercer naquela sociedade” (Zin, 2016, p. 24). É importante também destacar uma outra brasileira no pioneirismo da educação mista no Brasil, Maria Josepha Pereira Pinto, do Rio Grande do Sul, no entanto, pouquíssimo material sobre ela

sobreviveu (Muzart, 2013).

Além de revolucionária, a atuação de Firmina como professora era diferenciada (Paiva, 2018). Ela era enérgica, de fala baixa e não aplicava castigos corporais, tão comuns para a época – a mestra não censurava os alunos, mas os aconselhava (Cavalcante, 2022). Era estimada não só pelos alunos como por toda a população da vila; era reservada, mas acessível, de modo que toda passeata de moradores parava na sua porta, e ela fazia pequenos discursos improvisados em forma de agradecimento (Telles, 2006).

Maria Firmina também fez parte da vida intelectual maranhense sendo escritora e colaborando com a imprensa local, em jornais como “Diário do Maranhão”, “Pacotilha” e “Federalista”, publicando livros e participando de antologias (Lima; Cabral; Cardoso, 2022; Lodi-Corrêa, 2025):

As publicações de Maria Firmina somente iniciam com Úrsula, a autora também publicou o romance Gupeva (1861/1862) que debate o processo de miscigenação e a relação desigual entre franceses e indígenas; Cantos à beira-mar (1871) um livro de poesias, o conto A Escrava (1887), inserindo mais uma vez na causa abolicionista; Álbum que tem trechos de seus diários; além de várias poesias na imprensa e algumas composições musicais como Hino à liberdade dos escravos; Rosinha, valsa; Auto de bumba-meu-boi; Hino à mocidade; entre outras parcerias (Lodi-Corrêa, 2025, p. 90).

Apesar da diversidade de trabalhos e publicações, suas obras enfrentaram e continuam enfrentando inúmeros obstáculos para ocupar um lugar ao sol do cânone da literatura brasileira (Lima; Cabral; Cardoso, 2022). Assim era com o trabalho em sala de aula, que conseguia garantir sua sobrevivência e lutar para que meninas fossem educadas intelectualmente, não ficando relegadas a atividades e disciplinas voltadas ao desempenho de uma atividade acessória ao mundo masculino.

As fontes documentais conhecidas até o momento esboçam em tom pastel a imagem da professora que superou as amarras de uma sociedade em que o direito à educação era para homens, brancos e de posses e que contribuiu, por meio da Literatura, de sua participação na imprensa periódica e sua atuação na sala de aula para a construção de um século de História com mais oportunidades para que outras mulheres passassem pela porta aberta pelas pioneiras no processo de emancipação da mulher (Paiva, 2018, p. 170).

Segundo Paiva (2018), as mulheres do século XIX adotaram três principais estratégias para romper com os limites da esfera privada e conquistar espaços no ambiente público: a literatura, a imprensa e a educação. Maria Firmina dos Reis fez uso dessas três vias ao longo de toda a sua trajetória (Cavalcante, 2022). Ao escrever suas obras literárias, redigir artigos para os jornais da época e atuar na educação de meninos e meninas, conquistou espaço e marcou a vida e a história de pessoas no seu tempo e além dele.

Em suas obras, o silêncio da escritora grita (Lima; Costa; Souza, 2023) e desnuda dinâmicas de poder (Miranda, 2019), agregando similar instrumento que as mantiveram silenciadas e relegadas aos subúrbios das letras, reinventando-se e ocupando lugar de protagonismo em sua história, ao mesmo tempo que enfrenta os estereótipos ficcionais escritos, em muitos casos, por autores brancos (Miranda, 2019). No prólogo de uma de suas obras, Maria Firmina, sob pseudônimo, desafia as estruturas que a silenciam e intimidam a não revelar sua identidade.

Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. Sei que passará entre o indiferentismo glacial de uns e o riso mofador de outros, e ainda assim o dou a lume. Não é a vaidade de adquirir nome que me cega, nem o amor próprio de autor. Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher, e mulher brasileira, de educação acanhada e sem o trato e a conversação dos homens ilustrados, que aconselham, que discutem e que corrigem, com uma instrução misérrima, apenas conhecendo a língua de seus pais, e pouco lida, o seu cabedal intelectual é quase nulo (Reis, 2018, p. 25).

O descrédito que a autora atribui a seu livro está ligado à sua educação, que, em comparação à dos homens ilustrados e estudados para além do que seus pais poderiam contribuir, possui pouco ou nenhum valor. Aqui, Firmina abre seu trabalho escancarando como sua educação frágil a preteria à periferia intelectual, mas ainda assim o seu trabalho é apresentado aos leitores, destacando sua atuação pioneira ao explorar a literatura com tais estratégias (Miranda, 2019). A bravura para buscar avanços e, principalmente, ampliar os horizontes é anunciada logo nas primeiras linhas e, por tais características, a autora passou a competir por um lugar de poder tão comum aos pioneiros (Andrade, 2009). Todavia, a disputa resultou em diversas tentativas de silenciamento de seu legado.

Maria Firmina dos Reis morreu pobre e cega em 11 de novembro 1917. Não houve nenhuma nota publicada pela imprensa, apesar da sua contribuição aos jornais locais (Gabriel, 2022; Mirele, 2024; Lodi-Corrêa, 2025). Muitos podem ser o motivo desse silenciamento, sejam as questões debatidas por ela na imprensa, sejam as temáticas antiescravistas e abolicionistas defendidas por ela e pouco privilegiadas pela crítica, seja a sua presença marcante e inovadora na literatura brasileira, seja pelo fato dela ser uma mulher e uma mulher negra que se contrapôs ao lugar e condição que a sociedade lhe relegou, tornando-se professora aprovada em concurso público e indo além das práticas convencionais estabelecidas pela sociedade (Lodi-Corrêa 2025; Mirele 2024). Conforme Lodi-Corrêa (2025, p. 98), “ela questionou privilégios, enfrentou preconceitos, cuidou de sua própria vida e incentivou tanto pela educação quanto pela literatura trilhar caminhos de liberdade e igualdade”.

Para além do silêncio em sua morte, Maria Firmina foi destinada ao silenciamento ao ser ignorada em obras nacionais que falavam de autores brasileiros, mesmo no “Dicionário geográfico e etnográfico do Brasil”, de 1922, em que coube a ela apenas uma nota (Lodi-Corrêa, 2025), pouco se sabendo sobre a vida da escritora e não havendo sequer uma imagem dela (Gabriel, 2022). Sua memória só começou a ser resgatada em 1975, com a obra de Nascimento Morais Filho, intitulada “Maria Firmina: fragmentos de uma vida”, reunindo escritos de alguns jornais da professora, depoimentos de ex-alunos e a reedição dos contos “A escrava” e “Gupeva” (Lodi-Corrêa, 2025).

Ainda naquele ano, “Úrsula” foi reeditado por Horácio de Almeida, que descobriu o livro em um sebo, na capital do Rio de Janeiro (Gabriel, 2022). No centenário da abolição, em 1988, foi lançada uma terceira edição da obra. Depois disso, a quarta edição foi publicada apenas em 2004, pela editora Mulheres, que também reeditou “A escrava” (Silva, 2011 apud Lodi-Corrêa, 2025). A quinta edição de foi lançada em 2009, em comemoração aos 150 anos da primeira edição da obra (Agostinho, 2025). Posteriormente, o livro teve outras edições, sendo traduzido para o inglês em 2020, e uma tradução para o italiano que está em andamento no ano de 2025 (Agostinho, 2025).

5. Considerações finais

Apesar de Nísia Floresta e Maria Firmina dos Reis estarem na vanguarda no século XIX, mostrando sua capacidade criativa ao escrever e publicar romances, ainda que sob pseudônimos, e dando oportunidades para que meninas aprendessem o mesmo conteúdo que os meninos, alarmando a sociedade (Castro, 2010; Muzart, 2013), suas trajetórias revelam que apenas quem tinha o direito de receber a alcunha de pioneiro, desbravador e aventureiro, eram os homens, que davam oportunidades para outros homens se desenvolverem e perpetuar esse legado. Obras de autoria feminina seriam inaceitáveis e meninas aprendendo ciências, algo desnecessário, visto que a elas caberia sempre a obscuridade do interior da casa, com suas

vozes não sendo ouvidas nas ruas. A eles, a voz; a elas, o silêncio (Perrot, 2005; Sinigaglia, 2018).

Até aquele século, as mulheres eram excluídas da vida pública e limitadas a funções domésticas. As de famílias ricas eram preparadas para a maternidade e o cuidado do lar, enquanto as menos afortunadas ou viúvas faziam doces ou davam aulas de piano para ajudar na renda familiar, embora essas práticas fossem malvistas. As pobres atuavam em ofícios manuais e pesados, como costureiras, lavadeiras ou roceiras, e as escravizadas eram obrigadas a exercer qualquer tipo de trabalho doméstico, de amas de leite a carpinteiras. Ainda quando assumiam os negócios da família após a morte do marido, enfrentavam o preconceito social (Falci, 2006).

O silenciamento pode ocorrer de diferentes formas, seja quando o trabalho realizado por mulheres é atribuído a homens, quando as conquistas femininas não são reconhecidas ou suas ideias e pontos de vista são desvalorizados em decisões importantes (Sinigaglia, 2018). Ao mesmo tempo em que o silenciamento esconde vozes, impossibilitando que histórias sejam construídas, ele revela que há poder nelas, poder para mostrar novas versões históricas ou realidades, que são, na disputa de poder, preferíveis omitir; muitas vezes, questiona-se o que é dito não propriamente pelo discurso enunciado, porém pelo sujeito que fala (Kurson, 1998; Perrot, 2005).

Sendo assim, o fato de haver tão poucos registros da atuação dessas mulheres destacando seus feitos como pioneiras, entendemos que suas histórias foram silenciadas, seja porque não foram consideradas importantes pelas pessoas que estavam no poder às suas épocas, seja porque a mudança de estrutura hierárquica exigia um controle dos discursos, o que foi evidenciado quando Nísia e Maria Firmina precisaram, respectivamente, abandonar seu país e fechar sua escola.

No presente artigo, citamos o exemplo de duas mulheres nordestinas que, apesar das dificuldades e do apagamento, fizeram história. Além delas, há muitos outros exemplos semelhantes, como Esperança Garcia, piauiense, considerada a primeira advogada do Brasil (Dia [...], 2019; Siqueira, 2018); Maria Quitéria, baiana, a primeira mulher militar do país (Alencar, 2023); Ana Nery, baiana, pioneira da enfermagem no Brasil (Siqueira, 2018); Maria Firmina dos Reis, maranhense, considerada primeira romancista brasileira (Muzart, 2013); Amélia Beviláqua, piauiense, a primeira mulher a se candidatar a uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (Barbosa, 2021; Fanini, 2009); Rachel de Queiroz, cearense, primeira mulher a assumir uma cadeira na Academia Brasileira de Letras (Barbosa, 2021; Fanini, 2009); Nise da Silveira, alagoana, pioneira na utilização da arteterapia no tratamento da saúde mental (Dia [...], 2019; Siqueira, 2018).

Essas mulheres, de alguma forma, já prenunciavam novos comportamentos femininos, demonstrando força e disposição para enfrentar os desafios, buscavam da sua forma o seu espaço e o protagonismo de suas histórias, possibilitando que as mulheres das gerações seguintes também tivessem seus espaços. No século XXI, as mulheres nordestinas ainda precisam de um esforço extra para conquistar seu espaço e desbravar novos caminhos – e, ainda assim, não sem grandes rupturas. Mulheres como Débora Seabra, norte-rio-grandense, pôde exercer a profissão que tanto ama, tornando-se a primeira professora com Síndrome de Down do Brasil (Rocha, 2024); Marta Silva, alagoana, ganhou o título de melhor jogadora do mundo por seis vezes, um recorde entre homens e mulheres (Dia [...], 2019); e Rayssa Leal, maranhense, é a mais jovem medalhista olímpica brasileira (Bastos, 2024).

Por fim, destacamos que as agendas de pesquisas futuras podem contornar o silenciamento do pioneirismo feminino pelo resgate dos avanços sociais e políticos liderados

por mulheres em documentos históricos, com o objetivo de sedimentar o desempenho feminino na sociedade. Ademais, é importante confrontar representações estereotipadas e reducionistas de figuras femininas, principalmente aquelas veiculadas pela mídia, que possuem papel de destaque na perpetuação de preconceitos.

Referências

- AGOSTINHO, R. Maria Firmina dos Reis: primeira autora negra e abolicionista do Brasil. **Nexo Jornal**, 2025. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/linha-do-tempo/2025/05/30/maria-firmina-dos-reis-primeira-autora-negra-e-abolicionista-do-brasil>. Acesso em: 21 ago. 2025.
- ALENCAR, I. Heroína da Independência do Brasil: conheça história e legado de Maria Quitéria, a 1ª militar do país. **G1 Bahia**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/2-de-julho/noticia/2023/07/02/heroina-da-independencia-do-brasil-conheca-historia-e-legado-de-maria-quiteria-a-1a-militar-do-pais.ghtml>. Acesso em: 3 dez. 2024.
- ANDRADE, A. S. M. **O discurso do pioneirismo e suas representações**: Tangará da Serra, MT (1976-1997). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/2306/1/412994.pdf>. Acesso em: 13 out. 2024.
- BAO, C. E. **O pioneirismo na terra “sem Deus, sem rei, sem lei”**: eurocentrismo e interculturalidade desde o Sul do Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214448>. Acesso em: 8 out. 2024.
- BARBOSA, I. J. F. A ânsia eterna, a violência, o silenciamento e o grotesco em Os Porcos, de Julia Lopes de Almeida. **REVES - Revista Relações Sociais**, [S.l.], v. 4, n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves/article/download/10428/6266/51673>. Acesso em: 5 dez. 2024.
- BASTOS, T. De fadinha à brasileira mais jovem bi-pódio: Rayssa crava nome na história. **Imirante Esporte**, 2024. Disponível em: <https://imirante.com/esporte/sao-luis/2024/07/28/de-fadinha-a-brasileira-mais-jovem-bi-podio-rayssa-crava-nome-na-historia>. Acesso em: 6 dez. 2024.
- BEARD, M. **Mulheres e poder**: um manifesto. 2. ed. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kühner. 22. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2023.
- CARRA, P. R. A. Escola mista? Coeducação? Um desafio histórico para a educação de meninos e meninas. **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v. 18, n. 2, mai./ago. p. 548-570. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/che-v18n2-2019-15>. Acesso em: 19 nov. 2024.
- CASTRO, L. M. A contribuição de Nísia Floresta para a educação feminina: pioneirismo no Rio de Janeiro oitocentista. **Revista Outros Tempos**, [S.l.], v. 7, n. 10, dezembro de 2010, Dossiê História e Educação, p. 237-256. Disponível em: https://www.outrostempos.uema.br/index.php/outros_tempos_uema/article/download/108/84. Acesso em: 9 nov. 2024.
- CAVALCANTE, M. do C. L. de O. A trajetória da escritora maranhense Maria Firmina dos Reis (1822-1917). **Temporalidades – Revista de História**, [S.l.], ed. 38, v. 14, n. 2, set. 2022/jan. 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/download/37145/34925/150012>. Acesso em: 20 out. 2024.
- CONRADO, H.; FERNANDES, N. Nordestinas em São Paulo: legado e futuro. **Estúdio R7**, 2021. Disponível em: <https://estudio.r7.com/nordestinas-em-sao-paulo-legado-e-futuro-25012021>. Acesso em: 7 dez. 2024.
- COSTA, M. M. S. C; SACRAMENTO, S. M. P. do. Sinhá Vitória e os desafios de uma mulher nordestina. **Revista Língua & Literatura**, [S.l.], v. 14, n. 22, ago. 2012, p. 60-87. Disponível em: <https://>

revistalinguaeliteratura/article/view/321/733. Acesso em: 21 nov. 2024.

DIOGO, L. M. **Escrevendo para si, reinventando-se para o/a outro/a**: performances da literatura e da vida nas encruzilhadas dos diários e cartas de Maria Firmina dos Reis, Ruth Guimarães e Carolina Maria de Jesus. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8149/tde-24062025-135051/en.php>. Acesso em: 20 jul. 2025.

DOMINUS, S. Women Scientists Were Written Out of History. It's Margaret Rossiter's Lifelong Mission to Fix That. **Smithsonian Magazine**, 2019. Disponível em: <https://www.smithsonianmag.com/science-nature/unheralded-women-scientists-finally-getting-their-due-180973082/>. Acesso em: 3 nov. 2024.

DUARTE, C. L. **Nísia Floresta**: uma mulher à frente do seu tempo. Brasília: Editora Fundação Ulysses Guimarães, 2022. Disponível em: <https://fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Nisia-Floresta-Completo.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

FALCI, M. K. Mulheres do Sertão Nordestino. In: Priore, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 241-277.

FANINI, M. A. **Fardos e Fardões**: Mulheres na Academia Brasileira de Letras (1997-2003). Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-19022010-173143/publico/MICHELE_ASMAR_FANINI.pdf. Acesso em: 21 nov. 2024.

FLORESTA, N. **Opúsculo humanitário**. Brasília: Senado Federal, 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/562126/Opusculo_humanitario.pdf. Acesso em: 15 nov. 2024.

_____. **Os direitos das mulheres e injustiça dos homens**. Introdução, Posfácio e Notas de Constância L. Duarte. São Paulo: Cortez, 1989.

GABRIEL, R. S. Saiba quem é Maria Firmina dos Reis, a primeira escritora negra homenageada pela Flip. **O Globo**, 14 set. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/cultura/livros/noticia/2022/09/saiba-quem-e-maria-firmina-dos-reis-a-primeira-escritora-negra-homenageada-pela-flip.ghtml>. Acesso em: 21 ago. 2025.

JOTA, A. A. P.; MEDEIROS NETA, O. M.; MEDEIROS, A. D. P. Nísia Floresta e a educação feminina no Brasil (Século XIX). **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 1-14, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/ensinoemperspectivas/article/view/4579/5143>. Acesso em: 16 dez. 2024.

KURSON, D. **Discourse of silence**. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1998.

LIMA, M. S.; CABRAL, L. F. C. E.; CARDOSO, E. T. Letras de negras: uma revisão sistemática de literatura. **Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades**, [S.l.], v. 28, n. 54, 2022. p. 63-77. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/reihm/article/download/7843/3796>. Acesso em: 13 nov. 2024.

LODI-CORRÊA, S. Maria Firmina dos Reis: protagonista da liberdade feminina e étnico-racial. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, volume especial "Ocupação Preta: a história de um é a narrativa de todos", mar. 2025, p. 80-101. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/10910>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MENDONÇA, A.; MARTINS, L. Nísia Floresta e o pioneirismo "invisível" do feminismo brasileiro. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, mai./ago. 2021. p. 821-838. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/63431>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MIRANDA, F. R. Narrativa e experiência histórica nos romances de autoras negras brasileiras:

silêncios prescritos. **Revista Crioula**, [S.l.], n. 23, 2019. Disponível em: <https://revistas.usp.br/crioula/article/view/156225>. Acesso em: 18 jul. 2025.

MIRELE, B. Quem foi Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista negra do Brasil. **O Povo**, 2024. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2024/11/20/quem-foi-maria-firmina-dos-reis-a-primeira-romancista-negra-do-brasil.html>. Acesso em: 12 jul. 2025.

MOORE, K. Declared Insane for Speaking Up: The Dark American History of Silencing Women Through Psychiatry. **Time**, 2021. Disponível em: <https://time.com/6074783/psychiatry-history-women-mental-health/>. Acesso em: 12 nov. 2024.

MUZART, Z. L. Uma Pioneira: Maria Firmina dos Reis. **Muitas Vozes**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, 2013, p.261-275. Disponível em: https://revistas.uepg.br/index.php/muitasvozes/article/download/6400/pdf_146/0. Acesso em: 11 nov. 2024.

NOVAES, I. R. M. **Ana Jansen: empreendedorismo feminino no século XIX**. Tese (Doutorado em Administração) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/9648515f-c95c-4c6e-b46a-787b4e1a4209/content>. Acesso em: 22 nov. 2024.

DIA do Nordeste: de Maria Bonita a Marta, conheça dez mulheres do Nordeste que mudaram a História do Brasil com sua coragem. **O Globo**, 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/celina/dia-do-nordestino-de-maria-bonita-marta-conheca-dez-mulheres-do-nordeste-que-mudaram-historia-do-brasil-com-sua-coragem-24003812>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PAIVA, K. B. Maria Firmina dos Reis: educação e emancipação feminina. In: DUARTE, C. L.; TOLENTINO, L.; BARBOSA, M. L.; COELHO, M. S. V. (Org.). **Maria Firmina dos Reis: faces de uma precursora**. Rio de Janeiro: Malê, 2018. p.157- 170.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

RAMALHO, A. A mulher nordestina além de símbolo de coragem e determinação tem papel importante na sociedade. **AL1**, 2024. Disponível em: <https://al1.com.br/informacao/noticias/128445/a-mulher-nordestina-alem-de-simbolo-de-coragem-e-determinacao-tem-papel-importante-na-sociedade>. Acesso em: 18 dez. 2024.

RAYWARD, W. B. When and Why Is a Pioneer: History and Heritage in Library and Information Science. **Library Trends**, [S.l.], v. 52, n. 4, 2004. p. 671–682. Disponível em: <https://hdl.handle.net/2142/1633>. Acesso em: 10 out. 2024.

REIS, M. F. **Úrsula**. São Paulo: Penguin & Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, B. O. L.; SOUZA, S. E. Educação de mulheres nas páginas de manuais de História da Educação (1930-1970). **Cadernos de História da Educação**, [S.l.], v. 13, n. 2, jul./dez. 2014. p. 427-452. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che/article/view/29197>. Acesso em 8 nov. 2024.

ROCHA, R. Conheça Débora Seabra, primeira professora com Síndrome de Down no Brasil. **Sagres**, 2024. Disponível em: <https://sagresonline.com.br/conheca-debora-seabra-primeira-professora-com-sindrome-de-down-no-brasil/>. Acesso em: 13 dez. 2024.

SINIGAGLIA, B. **O papel laboral da mulher na sociedade brasileira contemporânea: uma análise sobre sua evolução, a partir de um estudo de caso em uma empresa do município de Santa Rosa - RS**. Dissertação (Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social) - Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta, 2018. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wp-content/uploads/2019/06/Disserta%C3%A7%C3%A3o-Bruna-Sinigaglia.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2024.

SIQUEIRA, E. A. 10 nordestinas que fizeram história. **Invoga News**, 2018. Disponível em: <https://invoga.com.br/10-nordestinas-que-fizeram-historia/>. Acesso em: 27 nov. 2024.

SOUSA, A. Lenda urbana: o mito maranhense de Ana Jansen. **Aventuras na História**, 2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/historia-rainha-do-maranhao-macabra-lenda-de-ana-jansen.phtml>. Acesso em: 26 out. 2024.

TAPALAGA, A. The forgotten women of science: pioneers ahead of their time. **History of Yesterday**, 2023. Disponível em: https://historyofyesterday.com/the-forgotten-women-of-science-pioneers-ahead-of-their-time/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=the-forgotten-women-of-science-pioneers-ahead-of-their-time. Acesso em: 11 out. 2024.

TELLES, N. Escritoras, escritas, escrituras. In: Priore, M. D. (Org). **História das mulheres no Brasil**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2006. p. 401-442

VARELA, L. M. Prefácio. In: DUARTE, C. L. Nísia Floresta: uma mulher à frente do seu tempo. Brasília: Editora Fundação Ulysses Guimarães, 2022. p. 17-19. Disponível em: <https://fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2022/08/Nisia-Floresta-Completo.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2025.

VICENTE, J. P. A.; GONÇALVES NETO, W. Estratificação estamental pela via da educação: reflexões a partir da reforma Leônicio de Carvalho. **Cadernos da Fucamp**, [S.l.], v. 18, n. 33, 2019. p. 43-61. Disponível em: <https://www.revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1702/1125>. Acesso em: 14 dez. 2024.

WALLIS, A. The Disorderly Female: Alcohol, Prostitution and Moral Insanity in 19th-Century Fremantle. **Journal of Australian Studies**, [S.l.], v. 43, n.3, 2019. p. 333-348. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14443058.2019.1638815>. Acesso em: 7 dez. 2024.

ZIN, R. B. **Maria Firmina dos Reis**: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/19479>. Acesso em: 14 jul. 2025.



A **Revista de Comunicação Dialógica** (RCD) é editada pela Faculdade de Comunicação Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e está licenciada sob uma licença Creative Commons Atribuição- Não Comercial- Compartilha Igual 4.0 Não Adaptada.

Link: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/>

Recebido em: 03/09/2025
Aprovado em: 18/11/2025